

**RESISTÊNCIAS E REPRODUÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA: A PRODUÇÃO DE BOA GENTE NO CAMPESINATO QUILOMBOLA AMAZÔNICO**

Claudiane de Fátima Melo de SOUSA<sup>1</sup>

**RESUMO:** A agricultura familiar tem passado por intensas transformações, muitos autores apontam essas transformações como formas de se reinventar, assim como criar estratégias para manter-se enquanto sistema social e de produção ante as pressões exercidas pelo grande capital e pelas necessidades que este gera. O objetivo desta pesquisa é analisar as diversas estratégias que duas comunidades rurais quilombolas de Abaetetuba-PA tem explorado para se inserir na economia de mercado, competir com produtos diferenciados, vencer o êxodo rural, a precarização e a pobreza, e, ainda se autoafirmar enquanto sujeitos sociais e políticos. Sob o olhar da antropologia interpretativa, a coleta de dados se deu por meio da observação direta, entrevistas formais e conversas informais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Campesinato. Capitalismo. Filhos do Quilombo. Agricultura familiar. Estratégias de reprodução camponesa.

### **Introdução**

Este trabalho deu-se sob o enfoque da Antropologia Econômica, e percebe o campesinato, ou agricultura familiar, sob uma perspectiva que refuta o *Homo oeconomicus*, e compreende a vida econômica imersa nas relações sociais (POLANYI, 2000). A incursão em campo privilegiou um olhar a partir da antropologia interpretativa (GEERTZ, 1989) procurando apreender o ponto de vista dos atores sociais articulamos seus horizontes com os nossos a fim de dar sentido ao que estava sendo observado (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007). A pesquisa ocorreu nas comunidades quilombolas África e Laranjituba, em Abaetetuba-Pará, no ano de 2012 e passou por uma atualização de dados em Dezembro de 2013.

Este trabalho está dividido em três partes, na primeira há reflexões acerca do aniquilamento ou não do campesinato. Uma discussão que se baseou em pressuposto marxistas da supremacia do sistema de produção capitalista sobre todos os outros, encerrando esta parte, há a discussão que alguns autores travam no que concerne a questão do campesinato e da agricultura familiar. Na segunda parte há a diferenciação entre as lógicas de produção camponesa, e de produção capitalista, utilizando como base principal a obra de Taussig (2010) *O diabo e o fetichismo da mercadoria*. E na terceira parte adentra-se nas atividades que as comunidades vem realizando para inserir seus produtos no mercado. Um

---

<sup>1</sup> Mestranda em Sociologia e Antropologia. UFPA - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Belém - PA – Brasil. 3201-7000 – nannisousa2004@yahoo.com.br

projeto que gera ocupação e renda, evita o êxodo rural, supera a extrema pobreza e ainda é elemento fortalecedor da cultura e identidade negra quilombola.

### **O avanço do capitalismo e a supressão do modo de vida camponês, um debate em ação**

A partir das análises de Karl Marx sobre o sistema econômico capitalista que a economia camponesa aparece como um modo de produção em vias de desaparecimento, pois a universalização do modo de produção capitalista não tardaria a aniquilar outras formas de produção. Seguindo nesta ótica Lênin e Kautsky são os maiores expoentes e influenciadores de estudiosos brasileiros acerca desta discussão. Todavia o debate não se encerra aí, mas se estende até os dias atuais, visto que há muitos contrapontos a esta teoria.

Neste trabalho será defendido que o campesinato não foi aniquilado pelo capitalismo, mas, está inserido na economia capitalista, e utiliza os espaços por ela aberto. Para garantir sua reprodução social e econômica o campesinato também cria espaços para participar do mercado, assim a sua economia não se dá unicamente pela troca mercantil, entretanto, assume outras formas (economia solidária e reciprocidade).

Mais que no plano econômico, o campesinato se reproduz social e culturalmente, criando e reproduzindo valores. Neste sentido Klass Woortmann (1990), contribui na compreensão do campesinato para além da questão da produção, o campesinato por este autor é entendido em sua dimensão moral, como constituição subjetiva que informa uma ética, orientada por um *habitus*.

O campesinato também comporta uma heterogeneidade interna, e diversos grupos sociais podem ser entendidos a partir desta categoria que não é só política, é também sociológica (SABOURIN, 2009). As comunidades onde ocorreu a pesquisa podem ser entendidas sociologicamente como camponesas, e guardem entre si a especificidade de se autorreconhecerem como quilombolas.

No *Manifesto do Partido Comunista* (2007) Marx e Engels iniciam afirmando que “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” e continuam, “Entretanto, [...], a época da burguesia, [...]. A sociedade divide-se cada vez mais [...], em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e

## **Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico**

---

camponeses, caem nas fileiras do proletariado: uns porque seus pequenos capitais, não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbiram na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população. (MARX; ENGELS, 2007, p. 55).

Para José de Souza Martins (2009), as análises do avanço do capitalismo no campo que privilegiaram um viés marxista-estruturalista de inspiração althusseriana (ou vulgarização deste) não são capazes de reconhecer a diversidade de tempos históricos dos atores sociais que se encontram na fronteira<sup>2</sup>. Este não reconhecimento de tempos históricos distintos implica em não reconhecimento da diversidade de racionalidades, ou seja, todos os grupos sociais são analisados sob o viés das categorias capitalistas, e sob este enfoque irremediavelmente os camponeses se transformariam em uma classe do capitalismo.

Esta visão linear e evolutiva dos processos históricos leva a pensar as sociedades se sucedendo no tempo e no espaço, e a cada etapa os protagonistas são ressaltando, sendo assim aqueles que apresentam modos diferenciados de existência são tratados como uma forma atrasada que deve ser superada, o campesinato foi visto assim, como um resquício (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009).

Outro olhar equivocado sobre as populações camponesas é aquele que considera que ao se integrar ao mercado estas deixam sua condição camponesa, se transformando então em agricultores familiares. Visão equivocada por dois ângulos. Primeiro, a integração no mercado é mais uma forma dos camponeses se reproduzirem, mas a totalidade de seu mundo não é organizada sob a lógica de mercado (MARTINS, 2009; TAUSSIG, 2010). Segundo, agricultor familiar não é outro sujeito social que emergiu recentemente no campo, ele é o camponês que recebeu esta nomenclatura institucionalizada pelo Estado e apropriada pelas categorias do campo para reivindicarem seus direitos e conquistar uma política pública (SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2009).

A lei 11.326/2006, conhecida como Lei da agricultura familiar, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais, e em seu artigo terceiro caracteriza quem são os agricultores familiares:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

---

<sup>2</sup> Para o autor a fronteira é o lugar da alteridade, e é este aspecto que tem sido grandemente negligenciado, isto inclui negligenciar outros modos de vida que não os informados pela racionalidade capitalista.

## Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico

---

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II – Aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup>(quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (BRASIL, 2006).

Ao apresentar a série *História social do campesinato brasileiro*, Emília Godoi, Menezes e Marin (2009) se posicionam contra a visão evolucionista que reduz o campesinato ao fim único de se tornar uma classe do capital. Os autores também chamam atenção para a diversidade de grupos sociais que guardam especificidades entre si e que podem ser entendidos como camponeses, sem anular as identidades políticas coletivas.

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários nãocapitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009, p.11).

O olhar mais incauto que seja perceberá que os atores sociais definidos pelo Estado brasileiro como agricultores familiares corresponde aos mesmos sujeitos da citação de Emília Godoi, Menezes e Marin (2009) e que marcou a apresentação da coleção *História social do*

## **Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico**

---

*campesinato no Brasil*. Sendo assim, não estamos diante de dois sujeitos sociais e históricos distintos, onde um é o arquétipo atrasado do outro e o outro a sua forma desenvolvida.

João Tedesco (1994) propõe uma revisão nos estudos clássicos que pressupõem o desaparecimento campesinato e alvitra que os estudos do campesinato devem considerar as realidades específicas em contextos específicos, sem, desconsiderar o ambiente global.

Precisa-se de estudos que privilegiem menos os elementos estruturais e que mergulhem nas práticas sociais, no sentido de perceber como os grupos sociais se potencializam em forças sociais, criando e determinando trajetórias variadas, com dimensões constitutivas do real, multidimensionais (econômica, política, cultural, simbólica...). Isto significa apreender o feixe de relações que propiciam a compreensão de que os fenômenos sociais, econômicos e históricos se manifestam na multiplicidade de suas dimensões e heterogeneidade do espaço agrário e social neles envolvidos. (TEDESCO, 1994, p.111).

Tendo isto em vista, este trabalho foi realizado enfocando o campesinato não apenas na dimensão econômica, ou como um modo de produção, mas, voltou-se para as práticas culturais, sociais e políticas empreendidas pelas duas comunidades estudadas. Duas comunidades rurais que também se autorreconhecem como quilombola. Deste modo, Além de serem percebidas sob as lentes do campesinato, as suas especificidades também foram consideradas, e em grande medida o que aqui será apresentado tem a ver com um projeto político de valorização da identidade e cultura negra quilombola.

### **Produção de *boa gente* e produção de mercadorias: Uma diferença crucial**

Ao produzir os seus meios de existência o homem está mais que produzindo sua vida material, mas o modo como produz os meios de sua existência diz respeito a formas específicas de manifestar sua vida, ou seja, o modo de produção é também seu modo de vida (MARX; ENGELS, 1989), assim o modo de produção camponês ou familiar difere e muito do modo de produção capitalista. Pois dizem respeito ao modo como os membros dessas sociedades se organizam, se relacionam e dão sentido à sua vida.

“O lendário pacto com o diabo é uma acusação contra o sistema econômico que força os homens a trocar suas almas pelo poder destrutivo das mercadorias” (TAUSSIG, 2010, p.18). Em *O diabo e o Fetiche da Mercadoria na América do Sul*, Taussig traz à luz o significado social do diabo nas narrativas dos trabalhadores nas minas de estanho na Bolívia e de canaviais na Colômbia. Nesta obra o autor faz uma análise da interpretação que camponeses e proletários fazem da economia, cada qual dentro de sua própria lógica.

## Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico

---

A diferença crucial entre as lógicas dos dois sistemas está no valor de uso e valor de troca. O capitalismo produz para a troca, e a lógica camponesa é baseada no valor de uso. Não que não comercializem seus produtos, mas no caso camponês a comercialização obedece à fórmula M-D-M (mercadoria A - dinheiro - Mercadoria B), já o capitalismo opera na lógica da acumulação que é representada pela fórmula geral do capital D- M – D' (Dinheiro – mercadoria – mais dinheiro).

O ciclo M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e se encerra com o extremo de outra mercadoria, que sai de circulação e entra no consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, por conseguinte, seu objetivo final. O ciclo D-M-D, pelo contrário parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca. (MARX, 1985, p.157).

Para Eric Sabourin (2010) a agricultura camponesa e a agricultura familiar (o autor faz uma diferença entre as duas) operam em sistemas econômicos mistos, o de troca e o de reciprocidade. E segundo ele, em situações de sistemas mistos as lógicas podem se articular de três formas:

i) justaposição de mundos paralelos, ii) complementaridade reversível; iii) contradição, com dois tipos de consequência: paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra. Portanto, a coexistência pode se dar de maneira paralela e separada; pode ser mediante tensões por conta do antagonismo de sistema; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade e as práticas de troca. (SABOURIN, 2010, p.05).

As comunidades África e Laranjituba estão operando entre estes dois mundos, no entanto sem ainda fazer *o pacto com o diabo*. A organização social, a gestão dos recursos materiais, pessoais e ambientais vem sendo geridos de forma comunal, buscando o bem e a satisfação de todos. De uma forma ou de outra, mulheres, crianças, jovens, homens e idosos estão inseridos nas relações de produção. Produzindo mais que bens, produzindo *boa gente boa* (TEDESCO, 1994).

### A Pluriatividade das comunidades quilombolas África e Laranjituba

As comunidades quilombolas África e Laranjituba, localizam-se na PA 483 (Alça Viária) km 68, Ramal do Caeté, município de Abaetetuba-PA. As duas comunidades são

## **Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico**

---

vizinhas e contínuas, e, por terem uma trajetória e formação comum são representadas juridicamente pela mesma pessoa jurídica, a Associação Quilombola do Baixo Caeté (AQUIBAC) – África e Laranjituba.

Juntas, África e Laranjituba, são constituídas por 53 famílias, distribuídas em 33 casas, sendo característica na formação dos domicílios a família extensiva. Estes grupos domésticos, comumente, exploram as mesmas unidades produtivas, trabalhando na forma de mutirão com outros grupos domésticos. A formação dos grupos de mutirão não necessariamente é por parentesco, embora seja difícil não encontrar entre os moradores pessoas que não possuam algum laço de parentesco entre si, uma vez que o casamento cruzado entre primos, embora não seja uma regra, é muito comum.

As atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades são a agropecuária, o extrativismo vegetal e animal e a confecção de artesanatos. Na produção agrícola as comunidades cultivam tanto culturas anuais quanto perenes. Embora o cultivo das perenes ainda seja bastante tímido.

A mandioca (*Manihot esculenta*) é a principal cultura dentre os cultivos anuais, que é comercializada após o beneficiamento da raiz, tendo como principal produto a farinha de mesa. O tucupi, a farinha de tapioca e a goma são sub-produtos e são produzidos em menor escala, voltados apenas para o consumo doméstico, salvo algumas exceções. O arroz (*Oryza sativa*), o milho (*Zea mays*) e o feijão (*Phaseolus vulgaris*) são cultivados nas entrelinhas da mandioca, e a produção é voltada para o consumo da família e para alimentação dos animais.

Como muitos quilombos na Amazônia, as comunidades África e Laranjituba se formaram em uma antiga fazenda, e hoje parte dos produtos extrativista foram cultivos da época escravista, como é o caso do cacau (*Theobroma cacao*). Além do extrativismo do cacau, as comunidades também coletam açaí (*Euterpe oleraceae*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), pupunha (*Bactris gasipaes*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), entre outras espécies da flora amazônica. No extrativismo animal a pesca e a caça complementam a renda e alimentação das famílias.

Mas o diferencial destas comunidades não está na produção de alimentos, mas na produção de artesanatos das mais diferentes matérias. Com destaque para a produção de cerâmica refratária, que traz em si a história, os sonhos e a identidade de um povo. Assim como as manifestações culturais e a organização social e política.

Os grupos de dança, capoeira e música e o Mestre Jorge contam e cantam a história das comunidades, levam a alegria, o encanto e a vontade de mostrar sua cultura para todos/as, exaltando o orgulho de serem negros, quilombolas, camponeses e agricultores familiares.

## **Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico**

---

O levantamento no campo revelou alguns problemas que as comunidades enfrentam na produção agrícola, baixa produtividade e dificuldades na comercialização. Acesso deficiente às políticas públicas, baixo nível de escolaridade e que, apesar de uma produção diversificada, boa parte das famílias vivia em situação de fome oculta, ou mesmo insegurança alimentar.

Neste contexto, com vistas a vencer estas dificuldades o Projeto Sociocultural e Ambiental Filhos do Quilombo teve e tem papel preponderante. Criado em 2001 nasceu a fim de promover a organização social na busca por melhorias na infraestrutura, e somente a partir de 2008 tornou-se um projeto com cunho identitário, voltado para as questões políticas e sociais e ambientais, buscando valorizar elementos da cultura negra e fomentando o debate em torno do ser e do fazer quilombola.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas no projeto, estão: Educação, Cultura, Ecoturismo, Identidade Afro-brasileira, Música (Mestre Jorge e o Banjo de Ouro e Grupo Filhos do Quilombo), Dança (Grupo Kizomba), Artesanato (macramê, vassoura de açai, cestaria, artefatos em madeira, tala, fibra, cerâmica), Feira quilombola, Produção de instrumentos musicais, Intercâmbio cultural, Encontro de mestres da oralidade, dentre outros.

O projeto político e social das comunidades era trabalhar na construção do sujeito social e político quilombola, mas este projeto não excluía o acesso a uma base material e as comunidades tinham clareza que a reconstrução de seu passado histórico, o recontar de suas histórias e a valorização de suas trajetórias e a afirmação cultural não seria possível sem criar estratégias de geração de renda. Assim todos os projetos estão interligados e no fim desejam o mesmo, melhoria da qualidade de vida de todos e todas, com inclusão social de verdade, recuperação da autoestima e valorização da cultura, da identidade e do saber quilombola.

Tudo o que a gente faz aqui engloba a renda, entendeu? [...] por exemplo, o grupo de carimbó, ninguém receber nada pra tocar ou pra dançar por aí, mas vem o pessoal que compra, por exemplo, os curimbó que seu Olgarino faz [...] sempre tá trazendo gente de fora, que circula renda dentro da comunidade. [...] e se circula dinheiro todo mundo pega um pouquinho. (Vavá, relato oral).

As comunidades trabalham articuladas, mas segundo entrevistados esta união somente concretizou-se após a emergência do grupo de dança Kizomba. Em 2012, em apresentação oral defendemos observações em relação a importância social, política e econômica do grupo Kizomba, e que é reconhecido por muitos dos entrevistados como *o começo de tudo*, conforme a fala de uma das entrevistadas ressalta.

## **Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico**

---

O Kizomba, ele veio pra unir as comunidades, a gente era muito separado. Aí hoje as comunidades elas são bem unidas mesmo, tanto é que no grupo do Kizomba às vezes tem cinco daqui [África] cinco de lá [Laranjituba], todo mundo unido, a gente toca junto. (D. LIDUINA, relato oral).

O grupo Kizomba pertence a todos, não tem componentes fixos e não tem limites e imposições para sexo ou idade. Embora muitas vezes ocorram ensaios para homenagens e reverências a Obalauê, o senhor das terras. Pedindo ou agradecendo boas colheitas.

O grupo musical Filhos do quilombo, tem interface com o grupo de capoeira, de mesmo nome, e este envolve principalmente os jovens e as crianças. É uma das atividades mais empolgantes para os mais jovens, pois desde cedo os envolve nas questões e discussões de interesse das comunidades, sem sobrepesar-lhes os enfados de uma movimentação sociopolítica, são mansamente cooptados para a causa. É voltado para este público, também, o projeto de inclusão digital, que possui um laboratório com acesso a internet que beneficia as comunidades e principalmente os mais jovens.

Na confecção de artesanatos é comum terem os especialistas, todos sabem fazer, mas se alguém quiser comprar um móvel de madeira, indicam o Sr. Olgarino. Se quiserem cestas de talas, indicam Dona Dinair, e assim por diante, eles não geram uma concorrência entre si, mas fazem as indicações de acordo com o que eles consideram o mestre na arte. Quando expostos em feiras, os produtos passam a pertencer às comunidades, não sendo diretamente vinculado a alguém.

As comunidades ainda utilizam o mutirão para realizar as atividades agrícolas, principalmente os referentes ao preparo de área e plantio, ficando o beneficiamento mais a cargo do grupo familiar ou outras pessoas próximas, com as quais geralmente fazem a troca de dias. A produção de cerâmicas obedece a uma escala de revezamento, e a renda obtida com a comercialização é dividida proporcional aos dias de trabalho e as tarefas executadas por cada um.

É com este complexo de atividades que tem sido posto em prática o projeto de superar a pobreza com equidade e justiça social. Aliando à busca por melhores condições de vida a luta por respeito à diferença, reconhecimento e valorização de suas identidades por meio de sua produção.

Isso também é parte de um projeto amplo, de respeito às diversidades e reconhecimento das diferenças, conforme observou Stuart Hall (2003, p.338) para quem esta abertura nos espaços dominantes de mercado não são dádivas, mas “[...] é também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural.” Ou seja, uma

forma de resistir às investidas e pressões do capital, utilizando-se de necessidades por ele criadas, mas dentro de um circuito solidário, onde as relações entre as pessoas ainda não são mediadas pelas coisas, mas pelas relações sociais que estabelecem entre si.

### **Considerações finais**

O campesinato enquanto categoria social, política, econômica e como modo de vida não foi extinto pelo capitalismo, e hoje está contido na categoria agricultores familiares, assim como os pescadores artesanais, extrativistas, quilombolas, indígenas, silvicultores, dentre outros. Resguardadas as peculiaridades que estes grupos guardam entre si, de uma forma geral operam em sistemas mistos, pois de uma forma ou de outra estão integrados à economia capitalista, ora subordinados, ora utilizando estratégias para resisti-lo.

Que o campesinato passa por um processo de expropriação e de exploração é inegável, sobretudo no interior da Amazônia onde os usos comuns da terra não são legitimamente reconhecidos pelo Estado e suas posses estão sempre ameaçadas, ora trocados de lugar para dar espaço a fazendas, ora expropriados para dar lugar aos projetos de infraestrutura.

Todavia, não se pode fechar os olhos para a forma como os camponeses vem fortalecendo suas organizações sociais e políticas, e criado espaços legítimos de debate e reivindicações. E deste modo tem resistido às amarras do capital, pois compreendem que as forças produtivas hegemônicas não lhes incluem, e abandonar seus modos de vida e seus modos particulares de gerar renda e acessar recursos e bens lhes jogaria na indigência, se não na dependência escravizadora da venda de sua força de trabalho.

No caso das comunidades quilombolas África e Laranjituba as formas de resistir às investidas do capital, de se reinventar e de gerar meios de melhorar a condição social das famílias, foi primeiramente por meio do fortalecimento da organização social. Em seguida um projeto de valorização da identidade cultural, que envolvia todos os membros das comunidades, independente do sexo ou da idade.

A criação de espaços e momentos que colocavam os idosos como protagonistas e a buscar por reconstruir sua história fazendo registros do que contam os mais velhos, foi também uma forma de aumentar a solidariedade entre eles e estreitar os laços. Uma história e uma origem comum os colocou em relações de afetividade que se materializaram em ações integradas nas comunidades, que passaram a se relacionar melhor.

Esta reconstrução de um passado presente lhes permitiu retomar a produção de artefatos que era apenas lembranças dos mais velhos. Como ocorreu com as panelas de barro,

## **Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico**

---

outros artesanatos que eram fabricados para uso pessoal passaram a ser fabricados também para serem vendidos nas feiras, congressos e encontros.

A produção agrícola não perdeu sua importância, mas com o crescimento das outras atividades houve um aumento no uso da mão-de-obra dos membros das famílias. O que gerou ocupação para um número maior de pessoas, isto possibilitou o retorno às comunidades de muitos jovens que já haviam saído em busca de alternativas de sobrevivência.

Hoje as comunidades ainda são compostas por casas muito simples, com uma população igualmente simples, mas que já carregam em si o orgulho de ser agricultor/a familiar, quilombola, homem e mulher do campo, com um projeto de vida que vai além da produção agrícola e da produção de bens materiais, um projeto que produz e realiza sonhos.

Cabe ressaltar que este projeto coletivo estava estreitamente ligado a um projeto de valorização da cultura negra, de afirmação e autoafirmação da identidade quilombola, que se deu a partir do reconhecimento legal como grupo quilombola, mas que carecia da busca por elementos diacríticos de suas culturas para assim então fixar uma identidade política e de projeto.

Isso se deu, sobretudo, na valorização da fabricação de artefatos utilizados no cotidiano destas comunidades, uma produção para além da produção da vida material. Produção e reprodução de valores, que orienta a reprodução de seu modo de vida.

E é talvez por este caminho que o campesinato da Amazônia deverá enveredar, a fim de vencer a pauperização e acessar recursos financeiros por meio das trocas econômicas, sem, no entanto, abandonar as formas econômicas específicas, baseadas na reciprocidade e no sistema de dádivas. Assim, o acesso aos mercados não se dará desprovida de uma identidade social e política seja ela amazônica, quilombola, indígena, ribeirinha ou da agricultura familiar.

### ***RESISTANCE AND SOCIAL REPRODUCTION, AND ECONOMIC POLICY: THE PRODUCTION OF PEOPLE GOOD ON AMAZON PEASANTRY QUILOMBOLA***

**ABSTRACT:** *Family farming has undergone sweeping changes, many authors point out these changes as ways to reinvent themselves, as well as creating strategies to keep as a social system and production before the pressures exerted by big business and the needs that this generates. The objective of this research is to analyze the various strategies that two rural communities of Maroons Abaetetuba-PA has exploited to insert into the market economy, compete with differentiated products, winning the rural exodus, precarização and poverty, and still autoafirmar as subjects social and political. Under the gaze of interpretative anthropology, data collection was done through direct observation, formal interviews and informal conversations.*

**KEYS-WORD:** *Peasantry. Capitalism. Filhos do Quilombo. Family farming. Peasant livelihood strategies.*

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 10 set. 2010.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. O ofício do Antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. **Série Antropologia**, Brasília, v.413, p.06-20, 2007.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: \_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p.03-23.
- GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, A. Apresentação da coleção história social do campesinato brasileiro. In: GODOI, E. P. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. Brasília: Ed. da UNESP, 2009. p.23-36.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik e Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte. Ed. da UFMG, 2003.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: \_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2.ed.rev.atual. São Paulo: Contexto, 2009. p.131-180.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Tomo I.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Escala, 2007. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal).
- \_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- POLANYI, K. Ascensão e queda da economia de mercado. In: \_\_\_\_\_. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p.49-157.
- SABOURIN, E. Políticas públicas de desenvolvimento rural e reciprocidade. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO, 4., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Ed. da UFPR, 2010. p.01-13. Disponível em: <[http://agritrop.cirad.fr/556769/1/document\\_556769.pdf](http://agritrop.cirad.fr/556769/1/document_556769.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2011.
- \_\_\_\_\_. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

**Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico**

---

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p.99-122, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2011.

TAUSSIG, M. T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo. Ed. da UNESP, 2010.

TEDESCO, J. C. A relatividade conceitual e os paradigmas da pequena produção familiar no pensamento sócio-econômico. **Teoria Evidência Econômica**, Passo Fundo, v.2, n.4, p.91-117, nov. 1994.

WANDERLEY, M. D. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Ed. da UFRG, 2009. p.155-183.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, v.87, p.11-73, 1990.